

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

1JECIVCEI

1º Juizado Especial Cível de Ceilândia

Número do processo: 0733590-09.2024.8.07.0003

Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: -----

REU: -----

SENTENÇA

Trata-se de ação sob o rito dos Juizados Especiais Cíveis, entre as partes em epígrafe.

Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38, *caput* da Lei 9099/95.

DECIDO.

Designada audiência de conciliação, a parte ré, embora devidamente citada e intimada (id. 218542736, página 1), não compareceu ao ato processual (id. 224119098, páginas 1-3). Desse modo, incidem os efeitos da revelia, nos termos do artigo 20 da Lei 9099/95.

Na espécie, constato a caracterização de hipótese de julgamento antecipado da lide, com fundamento no artigo 355 inciso II do Código de Processo Civil cumulado com o artigo 23 da Lei 9099/95.

A pretensão da parte autora cinge-se à condenação da parte ré ao pagamento de R\$ 58,00 e R\$ 12000,00 a título de indenização por danos materiais e morais.

O Código de Defesa do Consumidor se aplica à relação jurídica entabulada entre as partes.

A parte autora informa que possui urticária crônica e alergia a amendoim e que, no dia 23/5/2024, compareceu ao estabelecimento comercial da parte ré e ali adquiriu insumos alimentícios no valor de R\$ 58,00. Salienta que perguntou aos colaboradores da panificadora se algum dos lanches possuía resquícios de oleaginosas e recebeu uma resposta negativa, motivo pelo qual os ingeriu. Ato

contínuo, narra que passou a experimentar diversas reações alérgicas graves e precisou se afastar de suas atividades habituais por pelo menos 3 dias para tratamento, o que lhe causou diversos prejuízos.

A parte ré não compareceu à audiência de conciliação, tampouco apresentou defesa escrita.

Ao analisar os autos, verifica-se que a existência da relação jurídica de consumo entabulada entre as partes é fato incontroverso. O documento de id. 216108181, página 1 revela o pagamento de R\$ 58,00 em favor da parte ré e as conversas entabuladas pelo aplicativo “Instagram” (ids. 216108181 e 216108187) evidenciam que os colaboradores desta estavam cientes do ocorrido. As imagens de id. 216108170, páginas 1-6, não impugnadas de forma específica, por sua vez, mostram os efeitos da ingestão de alimentos com resquícios de oleaginosas pela parte autora (id. 224329363, página 1), mesmo após esta ter sido informada de que não havia qualquer chance de contaminação cruzada em relação aos insumos adquiridos (id. 216108154, página 2).

Por outro lado, a parte ré deixou de produzir provas que comprovem que eventual intoxicação alimentar foi causada por outro alimento ingerido pela consumidora ou que o produto vendido estava livre de contaminação cruzada (artigo 373, inciso II do Código de Processo Civil).

Com efeito, constata-se a responsabilidade civil da parte ré por fato do produto, nos termos do artigo 12 do Código de Defesa do Consumidor, ao considerar que esta não comprovou a inexistência de defeito no produto colocado à venda, tampouco demonstrou a culpa exclusiva da consumidora ou de terceiro.

Devida, portanto, a condenação da parte ré ao ressarcimento da quantia de R\$ 58,00, correspondente ao montante gasto com a aquisição dos produtos defeituosos.

No que diz respeito ao dano moral, a comercialização de produto alimentício impróprio para o consumo – considerando as peculiaridades da parte autora e os alertas por ela própria apresentados e ignorados pelos prepostos da parte ré – e que foi objeto de ingestão pela cliente, causando lesões à sua saúde e à sua integridade física, corresponde a um conjunto de fatos que enseja a reparação por danos extrapatrimoniais.

O nexo de causalidade é evidente e decorre dos fatos comprovados, pois a exposição da consumidora ao risco foi causada pela parte ré, na medida em que esta, por meio de seus prepostos, comercializou um produto impróprio para consumo.

Assim, presentes os requisitos da responsabilidade civil e ausentes eventuais causas que afastem o dever de indenizar.

Não há critérios legais para a fixação do valor a ser pago sob esta rubrica, razão pela qual, mostra-se necessário considerar vários fatores que se expressam em cláusulas abertas, tais como a reprovabilidade do fato, a sua intensidade, a duração do sofrimento e a capacidade econômica de ambas as partes, além do princípio da razoabilidade.

Logo, atenta aos parâmetros traçados pela doutrina e pela jurisprudência para a fixação do *quantum* devido a título de compensação pelo dano moral e ao verificar que a parte autora não experimentou maiores problemas à sua saúde, após a ingestão do alimento com contaminação cruzada (uma vez que provas nesse sentido, como relatórios médicos ou atestados – com a indicação de eventuais afastamentos de atividades laborais – não foram apresentadas), fixo a indenização por danos morais em R\$ 1500,00.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** o pedido para condenar a parte ré a pagar à parte autora: (1) a quantia de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais), a título de ressarcimento de valores em decorrência de fato do produto. O montante deverá ser corrigido monetariamente pelo IPCA desde a data do desembolso (23/5/2024) e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação; (2) a quantia de R\$ 1500,00 (mil e quinhentos reais), a título de indenização por danos morais. Tal numerário deverá ser corrigido monetariamente pelo IPCA desde a presente data e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

Por conseguinte, **RESOLVO O MÉRITO**, conforme o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Sem custas e sem honorários de advogado a teor do disposto no artigo 55 da Lei 9099/95.

Em caso de recurso, a parte deverá estar, obrigatoriamente, representada por advogado e a real impossibilidade de arcar com as despesas processuais, para a concessão dos benefícios da justiça gratuita, deve ser comprovada, mediante a juntada de contracheque, extratos bancários e outros documentos, sob pena de deserção. A simples declaração de pobreza não é suficiente. A parte recorrente, acaso não demonstre sua condição de hipossuficiência, poderá, no prazo de 48 horas após a juntada do recurso, recolher as custas processuais e o preparo (artigo 42, § 1.º da Lei 9099/95).

Em caso de cumprimento espontâneo do julgado pela parte devedora, expeça-se alvará de levantamento, em favor da parte credora.

Após o trânsito em julgado, caberá à parte vencedora requerer o cumprimento da obrigação. Não havendo requerimento os autos serão arquivados.

Vindo aos autos o pedido de cumprimento de sentença, promova a Secretaria as anotações devidas e intime-se o executado para promover o pagamento voluntário, no prazo de 15 dias, sob pena de incidência da multa de dez por cento, prevista no § 1.º do artigo 523 do Código de Processo Civil. Na mesma oportunidade este deverá ser cientificado que, transcorrido o prazo para pagamento voluntário, independente de nova intimação e penhora, poderá apresentar, nos próprios autos, sua impugnação (artigo 525 do Código de Processo Civil). Não sendo realizado o pagamento voluntário, fica, desde já, deferida a realização das medidas constritivas cabíveis para a garantia do crédito.

Oportunamente, dê-se baixa e archive-se.

Publique-se. Registro eletrônico. Intime-se.

Ceilândia/DF, 4 de fevereiro de 2025.

ANA CAROLINA FERREIRA OGATA

Juíza de Direito

Assinado eletronicamente por: ANA CAROLINA FERREIRA OGATA

04/02/2025 19:57:01 <https://pje.tjdft.jus.br/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ID do documento: 224366655



250204195701047000002042

IMPRIMIR

GERAR PDF